



Modulações da Resistência

Introdução

Os eventos vivenciados na segunda metade da década de 1990 e nesse início de novo século vêm determinando uma necessária reorientação prática e teórica, para que toda ação e toda idéia produzida a partir de então sejam, de fato, efetivas. Há uma nova constituição do capital (Império), novos mecanismos de resistência (em rede) e novas dinâmicas constituintes.² Portanto, o pensamento e a ação não podem ser mais os mesmos, se temos por objetivo uma intervenção efetiva no real.

Com a guerra do Iraque, uma nova forma de exercício do poder de polícia manifestou-se explicitamente: a 'doutrina Bush' e sua derivada imediata, a 'guerra preventiva', evidenciam que a ordem imperial também foi desafiada. A guerra do Iraque pode ser considerada, inclusive, um golpe dentro do Império³. O elemento monárquico da estrutura do Império (EUA) opôs-se frontalmente ao Conselho de Segurança da ONU, um dos elementos aristocráticos que configuram a constituição híbrida imperial. Sem dúvida, desde o 11 de setembro, a crise se aprofunda em todo o globo, e a guerra global permanente vem se afirmando como um dos dispositivos de controle da imaginação da multidão. Diante do vazio de possibilidades gerado por toda e qualquer crise, tem sido fundamental

¹ Boa parte dos trabalhos reunidos nesse número especial referem-se ao seminário aberto "O trabalho da multidão: Império, biopoder e resistência" de 2002. Trata-se da segunda coletânea de artigos produzidos durante os debates ocorridos no Museu da República ao longo do ano passado, período no qual se intensificou a discussão sobre os temas que orientaram o seminário.

² Como parte do seminário aberto, o colóquio Resistências, realizado em novembro de 2002 no Cinema Odeon, discutiu essas novas formas de resistência, procurando pensar, durante os debates e as intervenções que se estenderam por uma semana, qual poderia ser um novo pensamento sobre a resistência, que a compreendesse como uma noção afirmativa.

³ A esse respeito, vale a pena observar o que Antonio Negri expôs em entrevista publicada na Folha de São Paulo de 30 de março de 2003: "Os EUA não podem pagar a guerra. Não há consenso internacional para ela. Os EUA estão se movendo fora da legitimidade imperial. E, com toda a probabilidade, movem-se também fora de sua Constituição".

difundir o medo e o pavor, intensamente, para bloquear o máximo possível a potência constituinte. Seria a guerra global um radical dispositivo de controle? Pode-se dizer que sim, caso se leve em consideração que "o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento" e que, conseqüentemente, "o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também dos guetos e das favelas"⁴. Em uma sociedade globalizada, em que quatro bilhões de pessoas são postas à margem, o controle só pode ocorrer em espaço aberto. Não é possível encarcerar, internar, hospitalizar, nem enviar ao trabalho toda essa miséria. A instituição disciplinar perdeu as rédeas da situação. A guerra total, da qual a guerra preventiva é uma das formas, é um dos mecanismos para difundir, globalmente, o medo e conter a multidão⁵. Trata-se, como já afirmado, do exercício de um poder de polícia em escala global, fazendo circular este afeto, o medo, que já fora propalado por Hobbes e combatido por Spinoza.⁶

⁴ Deleuze, Gilles. *Conversações*, Ed. 34, São Paulo, 2000, p. 224.

⁵ A multidão se apresenta como conjunto de singularidades híbridas e múltiplas que vem se afirmar como sujeito político por excelência. Não é o povo, conjunto de cidadãos reconhecidos pelo Estado enquanto tal, que é o sujeito político capaz de constituir um novo real. O povo é efeito de um real já dado, aquele onde a soberania de Estado envolve e define as condições e os limites da ação política. Já a multidão se compõe de singularidades que não são passíveis de aprisionamento por parte das medidas constituídas pelos nichos de poder estabelecidos. "A multidão não tem nada a ver com os indivíduos proprietários, pois ela é o fato de singularidades não representáveis (...). Em seu sentido mais geral, a multidão recusa-se à representação, pois ela é uma multiplicidade incomensurável. O povo é sempre representado como uma unidade ao passo que a multidão não é representável. Em oposição ao conceito de povo, o conceito de multidão é o de uma multiplicidade singular, de um universal concreto" (Cocco, Giuseppe e Negri, Antonio, "O trabalho da multidão e o êxodo constituinte", in *O trabalho da multidão*, Ed. Gryphus, Rio de Janeiro, 2002, p. 24).

⁶ O medo é afeto de tristeza e sempre teve nas formas de exercício do poder de polícia sua máxima expressão. Já no século XVII, a discussão política girava em torno do medo, seja como afeto de afirmação da paz para alguns - quando esse medo legitimava o poder do Estado para evitar a morte de seus súditos (Hobbes), seja como afeto absolutamente incompatível com a paz. Spinoza dizia que a paz não significa somente a ausência de guerra, mas sim a ausência do medo em sua dimensão coletiva. Ou seja, uma sociedade onde não há guerra, mas há medo, não está em paz. Donde se pode concluir que uma sociedade onde há guerra para que se difunda o medo e se controle a multidão, não está em paz por duas razões: porque há medo e porque há guerra.

A sociedade de controle indica uma nova forma de configuração do poder para além da sociedade disciplinar e, conseqüentemente, uma crise. Sua lógica estabelece contenções mediante redes de condicionamento, e não mais de organização⁷. E tais redes de condicionamento, que estabelecem controle em espaço aberto, não dizem respeito às populações nacionais. A forma-Estado não é suficiente para instaurar dispositivos eficientes de contenção da multidão, razão pela qual a circulação mundial do medo, através da guerra global, configura um dos mecanismos de controle. Essa crise da forma-Estado deriva, na verdade, da própria potência constituinte da multidão. A partir do momento em que as formas de resistência foram se modificando, impôs-se ao capital a necessidade de reconfiguração para que perseverasse na existência (como diria Spinoza). A crise, portanto, é fruto da superação, por parte da multidão, dos bloqueios que lhe impostos ao longo do século XX.

A resistência é sempre anterior à sua contenção ou à sua captura. Já há tempos o estatuto da resistência vem se transformando: de uma atitude reativa - resistir contra - em uma atitude positiva - resistir para existir, re-existir. Em suas diversas manifestações, a resistência é necessária à vida. Ou melhor, é forma de expressão da própria vida. Tudo o que se pode dizer sobre Império, sobre poder, sobre guerra não pode ser pensado sem as idéias de resistência, de insurreição e de poder constituinte. Esses conceitos delineiam o contrapoder da multidão⁸, caracterizado por resistências individuais, insurreições coletivas e dinâmicas constituintes, produtoras de novas formas de vida e de novas subjetividades.

"Como (no pós-moderno) o conceito de 'resistência' mudou, como se transformaram as suas práticas! Se tentássemos identificá-lo de acordo com as categorias e as experiências do moderno, seríamos agora incapazes de compreendê-lo. No moderno, a resistência é um acúmulo de força contra a exploração, que se subjetiviza através da 'tomada de consciência'. No pós-moderno, não é nada disso. A resistência se dá como difusão de comportamentos

⁷ Ver a diferença traçada por Deleuze e Guattari entre o imperador mágico e o rei jurista em *Mil Platôs*, Vol. 5, Ed. 34, São Paulo, 1997, p. 112.

⁸ Ver Hardt, Michael e Negri, Antonio, "Globalização e democracia", in *Vozes no milênio - Para pensar a globalização*, Ed. Gryphus, Rio de Janeiro, 2002, p. 28.

resistentes singulares. Acumulando-se, acumula-se extensivamente, na circulação, na mobilidade, na fuga, no êxodo, na deserção - multidões que difusamente resistem, que fogem das grades, cada vez mais estreitas, da miséria e do comando. E não é necessária a tomada de consciência coletiva: o sentido da rebelião é endêmico, atravessa cada consciência, tornando-a feroz"⁹.

Essa força de resistência só pode efetivar-se no comum. Neste sentido, o próprio movimento social, em todo o mundo, apresenta sua nova face, constituindo-se como movimento afirmativo, através de redes cooperativas de produção que alcançam todo o globo. Seattle, Gênova, Porto Alegre, a manifestação mundial pela paz durante a guerra no Iraque (15/02/2003) são apenas alguns exemplos dessa rede de movimentos. Talvez nunca tenha sido tão atual o enunciado de Foucault, ao inverter o aforismo de Clausewitz: "A política é a continuação da guerra por outros meios"¹⁰.

Mais do que nunca, fazer política hoje é entrar em confronto imediato com as estruturas de poder. No Império, a mediação realizada pelo Estado desapareceu; o mito do contrato social não é mais suficiente para garantir os núcleos de mediação que são necessários à redução da intensidade do conflito entre trabalho vivo e trabalho morto, entre potência da multidão e poder do capital. Se as estruturas constituídas de poder superam as fronteiras estatais, é porque, necessariamente, as lutas ultrapassam as bordas nacionais. "O movimento age no terreno global, os seus tempos e as suas lutas se definem na globalização. Ele é nômade, a sua estratégia é a do êxodo das prisões nacionais, é uma enorme serpente que coliga em seu movimento, confunde e transforma os espaços e os tempos da Terra"¹¹. Nessa perspectiva, o desentendimento¹², constitutivo da política, difunde-se de modo ilimitado.

Existe uma multidão que não tem voz, mas que vem exigindo sua parcela, o que lhe é sistematicamente negado na constituição híbrida imperial.

⁹ Negri, Antonio, "Kayròs, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo", Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁰ Ver Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2002, p. 58 e p. 59.

¹¹ Negri, Antonio, "Assim começou o fim do Império", in Giuseppe Cocco e Graciela Hopstein *As multidões e o império - entre globalização da guerra e universalização dos direitos*, Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2002, p. 103.

¹² Ver Rancière, Jacques. *O desentendimento - Política e filosofia*, Ed. 34, São Paulo, 1996.

Uma nova subjetividade (ou uma multiplicidade de subjetividades organizadas em redes de redes) marca as lutas atuais. Para além do povo, surge um conjunto aberto de movimentos irrepresentáveis que se expressam sem nenhuma instância que sirva de filtro à sua potência. A multidão é irreduzível e só se concebe na imediatez da experiência de sua ação. Exatamente contra esse 'monstro', opõe-se uma estrutura de poder nada permeável à participação (direta ou indireta) dos 'muitos'.

"Que se vayan todos, que no quede uno solo": o grito de guerra dos acontecimentos ocorridos na Argentina em 19 e 20 de dezembro de 2001 poderia ser ouvido em qualquer outro lugar. A representação está em crise, na medida em que a multidão há muito já percebeu que a estrutura de poder nacional, fundada no sistema representativo, não é mais eficaz, além de ser incapaz de representá-la. Ineficaz em que sentido? Os Estados deixaram de exercer qualquer função? Certamente que não. A crise do sistema representativo (lembremos que na maior potência bélica do globo governa um presidente que não foi escolhido pela população, mas sim pelas altas instâncias do poder judiciário) não decorre de falhas internas ao sistema, mas da contradição insuperável entre o discurso e a ação estatal. Se a representação (ao menos no âmbito retórico) pretendia configurar um canal de expressão dos desejos populares, quando se constitui uma estrutura supranacional que sobredetermina as políticas públicas nacionais, o sentido original da representação se dilui. Por isso, a exigência da população argentina é dotada de impressionante coerência. Não se trata de dizer que o Estado acabou, mas fundamentalmente que, dadas as estruturas de poder que estão colocadas, a possibilidade de que sua atuação venha a convergir com os interesses dos 'muitos' é ínfima. Nem mais a retórica da soberania popular funciona. Já faz tempo que os Estados afirmam e reafirmam que não podem superar, e tampouco afrontar, as ordens do mercado internacional, mesmo quando tais ordens contrapõem-se aos desejos populares.

A crise do sistema representativo é apenas um sintoma daquilo que percorre o movimento dos movimentos: desejo de democracia. E democracia deve ser compreendida como governo dos pobres, pois esse é seu sentido original. "*O demos*, em Atenas, é constituído primeiramente pelos pobres. Mas 'pobres' não é simplesmente uma categoria econômica, relacionada a um nível de recursos;

é bem mais uma categoria simbólica (...) pobres são pessoas reais, as que não possuem nada, nenhum título para governar"¹³. Os pobres constituem parte da comunidade, mas nela não tomam parte. A multidão é constituída de pobres, de pessoas sem importância, sem qualidades (no sentido do "Homem sem Qualidades").

Na democracia, essa multiplicidade 'muda' (ou barulhenta) de subjetividades 'desviantes' afirma-se como o todo da comunidade, em oposição ao regime de organização dos corpos da representação, no qual a participação é reduzida à mera passividade (ser parte, e não tomar parte). A dimensão política do movimento dos movimentos é necessariamente democrática. O norte da multidão é a constituição do sentido da democracia global, tendo em vista que a atual forma de composição das forças no Império se baseia na lógica oligárquica. Citamos, mais uma vez, o levante argentino de dezembro de 2001: se a democracia representativa de cunho nacional não tem fundamento sequer em sua dimensão retórica, "que se vayan todos"; ou que fiquem, desde que não se perca a perspectiva de que não há salvacionismo possível, de que a representação é apenas uma das engrenagens de um organismo infinitamente mais extenso - e também intenso, por quê não? - do que o Estado.

Mesmo assim é interessante perceber que, menos de um ano após a multidão argentina sair às ruas, do Brasil, o fenômeno Lula reverberou por toda a América Latina e por parte da própria Europa. Foi um acontecimento paradoxal, na medida em que organizações de esquerda para além do Brasil animaram-se com as eleições brasileiras, mesmo que a representação venha sendo posta em dúvida nos últimos anos. Muito já se disse sobre as diversas significações da eleição presidencial brasileira do ano passado. E é praticamente consensual a percepção de que os governos nacionais, atualmente, não se vinculam mais apenas ao território de seu Estado. Existe uma estrutura que supera o aparato estatal, o Império, e que bloqueia, em certa medida, as iniciativas governamentais e indica os seus rumos. Como se desvencilhar de tais amarras? É inevitável pensar que qualquer atuação, nas atuais circunstâncias, tem que ser expressa duplamente, para dentro e para fora, até porque "o fora" voltou-se para dentro. Não há ação estatal eficaz que não seja vinculada a uma política internacional igualmente eficaz. Estaria, portanto, o governo Lula seguindo o caminho adequado em seus primeiros meses de governo? As políticas

traçadas pelo Planalto vinculam-se, ainda, à velha soberania de Estado ou já alcançaram a devida compreensão de que as estratégias e táticas da ação política envolvem uma outra forma de organização e de expressão do poder? São questões em aberto, mas que circundam os temas debatidos ao longo do nosso seminário e os artigos que constituem essa obra coletiva.

As noções e os conceitos tratados pelos textos aqui reunidos estão na ordem do dia. Poder constituinte, resistência, Império, multidão, indicam algumas idéias que pensamos ser necessárias para a construção de marcos teóricos eficazes, orientados para uma prática também eficaz. Essa é uma das principais características da discussão sobre esses termos: nenhum deles pode ser isolado em abstrações, nenhum deles pretende estabelecer recortes no pensamento sem que estes possuam alguma ingerência real e efetiva no mundo. Os conceitos são abertos, indicando que seus contornos se compõem, ao mesmo tempo, prática e teoricamente. Mais do que nunca, precisamos lembrar da posição de Spinoza, ao derrubar qualquer hierarquia entre pensamento e extensão, entre mente e corpo: *a ordem e a conexão das idéias é a mesma que a ordem e a conexão das coisas*. O pensamento só é produtivo quando provoca modificações na organização dos corpos, da mesma forma que a ação corpórea só é efetiva quando supera os bloqueios para composição de novas mentes. Os artigos reunidos nesta coletânea, se não realizam este projeto completamente, ao menos imbuem-se dessa tentativa.

Alexandre do Nascimento

Francisco Guimaraens

Giuseppe Cocco

Tatiana Roque